

Movimentos Sociais no Meio Rural Nordeste : A Questão dos Saques

Ariosvaldo da Silva Diniz

Professor Auxiliar da UFPb.

1. INTRODUÇÃO

As sucessivas ondas de saques verificadas no semi-árido do Nordeste nestes últimos anos, em especial nos últimos meses de 1983 e princípios de 1984, ainda não despertaram nos estudiosos dos movimentos sociais praticamente nenhum interesse.

Afinal, fenômenos sociais desta natureza vem ocorrendo com certa regularidade e numa curva ascensional há mais de um século, no Nordeste. Por que até hoje não existe nenhum estudo sério sobre os saques? Por que ainda prevalece nesta matéria uma camada de incompreensão e preconceitos políticos, não só por parte das elites dominantes, mas também em amplos setores da esquerda brasileira?

De fato, esta última tem se deixado dominar, quando muito, por concepções paternalistas e anacrônicas, segundo as quais os saques rurais, porque são movimentos espontâneos fundados na ação direta não passam de manifestações sem maiores significações, uma vez que se esgotam tão repentinamente como quando da sua irrupção, já que prescindem de um mínimo de organização prévia, programa e direção política.

Este texto pretende levantar algumas questões e avançar algumas hipóteses sobre o significado dos saques rurais ocorridos nos períodos de estiagem prolongados no curso dos últimos cem anos.

As questões que nos incomodam neste momento são: a) que relação existe entre estruturas agrárias secas e saques? b) por que as populações rurais em momentos de estiagens buscam formas de atuação fundadas na ação direta, desvinculadas de qualquer instituição política ou sindical? c) que significados podem ter essas ações diretas dos trabalhadores rurais? Resultam elas de reações espontâneas premidas pela fome ou são movimentos que surgem ante a ausência completa de canais institucionais próprios de reivindicação e que adotam a ação direta violenta como a única maneira de se fazerem ouvir? Po-

(*) Este artigo é um relatório da pesquisa "As frentes de emergência e o movimento dos saques: o dilema do alimento e trabalho no meio rural paraibano"

deríamos ir mais além e indagarmos: a busca da ação direta espontânea dos trabalhadores resulta apenas da ausência de canais institucionais de participação ou traduzem uma consciência coletiva da ineficácia de tais canais e, conseqüentemente, da valorização da ação direta como forma mais eficiente de pressão?

As hipóteses provisórias que formulamos, para estas questões partem do pressuposto de que esses movimentos espontâneos são frutos de conjunturas de crise (secas) e, dialeticamente, constituem as formas de luta mais eficazes para combatê-las. Para amplas camadas da população trabalhadora rural, cuja subsistência se encontra nas franjas da miséria absoluta, a ação direta de apropriação (os saques) constitui, talvez, a única forma de sobrevivência face à crise. Nesta ótica, os saques emergem das crises agrárias e passam a adquirir uma dinâmica própria, portanto, um caráter político de pressão sobre o Estado (criação de frentes de emergência, distribuição de alimentos, etc).

2. MOVIMENTOS SOCIAIS AGRÁRIOS NO NORDESTE:

Problematizando algumas análises

“O Nordeste brasileiro, e principalmente as regiões que mais caracterizam o semi-árido regional — os sertões nordestinos — foram historicamente e são ainda hoje palco de inúmeros movimentos sociais, ora assumindo formas de movimentos que tentam ‘fazer justiça com as próprias mãos’ como os históricos cangaceiros, ora assumindo feições de movimentos que se exteriorizam sob formas místico-religiosas, como os movimentos messiânicos; ora tomando feições mais organizadas de lutas políticas com as ligas camponesas; ora eclodindo em inúmeros outros conflitos de terra que, mesmo nos dias atuais ocorrem em diferentes áreas da região essas formas de mobilização coletiva percorrem a história nordestina denunciando, ainda que algumas vezes de forma pontual ou episódica, as contradições inerentes a estrutura sócio-econômica regional” (NETO: 1984, p.3).

O estudo destes movimentos sociais agrários tem gerado farta polêmica e uma abundante literatura. A polêmica se deve ao fato de que as análises desses movimentos tomam como ponto de partida “a questão agrária”, cujos termos ainda se encontram, de certa forma, presos a alguns dilemas teóricos que dividem aqueles que se dedicam ao tema.

Com efeito, a coexistência de formas não-capitalista de produção no campo ao lado de uma agricultura empresarial moderna deu origem, no Brasil, a uma série de teorias a respeito da questão agrária. A grosso modo e só o título indicativo, estas teorias podem ser agrupadas (sem deixar aqui de considerar os vários matizes dentro de cada corrente de interpretação) em duas matrizes analíticas ou modelos heurísticos distintos: o modelo ou tese feudal (também chamada Dualista), e o modelo do modo de produção capitalista ou tese capitalista (com a variante de modo capitalista de produção gerador de formas não-capitalistas).

Cada uma dessas matrizes teóricas tem fornecido conceitos e interpretações para a análise dos vários movimentos sociais no campo.

A análise dualista dos movimentos sociais traçou uma profunda demarcação entre os movimentos sociais rurais e urbanos. Os primeiros foram vistos como resultantes da repentina desagregação da ordem tradicional efetuada pela modernização. Tudo que se referia ao mundo rural era caracterizado como “reacionário” “tradicional”, “conservador” e, portanto, preso ao passado e resistente à mudança. Assim, os movimentos sociais rurais, desde o messianismo até o banditismo social eram considerados pré-políticos, imaturos, “sem consciência de classe”. Por outro lado, quando um movimento social urbano não se comportava de acordo com a expectativa do modelo — quando os trabalhadores brasileiros pareciam “muito passivos”, os indústrias brasileiros não tão ativos quanto “deveriam” ser, ou ainda a visão de mundo da classe média “muito aristocrática” — esse comportamento “inquietante” e “inadequado” era visto como uma sobrevivência dos padrões tradicionais. Os trabalhadores provinham das áreas rurais e ainda não estavam “preparados” para desempenhar o seu papel, no mundo moderno” (COSTA: 1978, p. 177).

A tese dualista procurou, assim, ver nos movimentos sociais agrários manifestações de caráter pré-político, sobretudo aqueles que assumiram feições ideológicas de cunho místico-religioso e de banditismo social. Para esse tipo de abordagem, o messianismo de Canudos é contestado e o banditismo de Antonio Silvino e Lampião, por exemplo, são manifestações de um campesinato submetido ao domínio e exploração do latifúndio feudal ou semi-feudal.

Nesta ótica, o trabalho de Rui Facó “Cangaceiros e Fanáticos” é bem sugestivo: “O cangaceiro e o fanático eram os pobres do campo que saíam de uma apatia generalizada para as lutas que começavam a adquirir caráter social, lutas, portanto, que deveriam decidir, mais cedo ou mais tarde, de seu próprio destino. Não era ainda uma luta diretamente pela terra, mas era uma luta em função da terra — uma luta contra o domínio do latifúndio semi-feudal” (FACO: 1972 p.).

Para este autor, as formas como se revestem as manifestações do campesinato, via messianismo e banditismo social, correspondem ao baixo desenvolvimento das forças produtivas: “Naquele atraso medieval, a reação da classe potencialmente revolucionária — os semi-servos da gleba — é de nível correspondente ao desenvolvimento das forças produtivas: uma reação primária em que o inimigo de classe não é percebido claramente, em que as desgraças parecem cair do céu, como castigos, e é necessário implorar as bênçãos do céu, em que o individualismo campesino prevalece e a solidariedade grupal é bem limitada” (Idem: p. 38).

Este tipo de enfoque é permeado por uma visão evolucionista e etapista dos movimentos sociais. Assim, no caso brasileiro, os movimentos sociais seriam ordenados na seguinte perspectiva: messianismo, banditismo social, as-

sociativismo e sindicalismo.

As duas primeiras manifestações corresponderiam ao período pré-político dos movimentos sociais rurais, quando as relações sociais de produção ainda se caracterizam pela ambiguidade estrutural. Em outros termos, as relações de produção ainda não haviam assumido um caráter marcadamente capitalista, uma vez que o que era expropriado do trabalhador era o produto e não a sua força de trabalho. Refletindo essa ambiguidade estrutural, os movimentos sociais que aí emergem não conseguem evitar o seu caráter pendular: ora estão contra, ora a favor dos “coronéis” (OLIVEIRA: 1981, p.50).

As Ligas Camponesas e o sindicalismo rural refletiam, por sua vez, um segundo momento na evolução dos movimentos sociais, quando ocorre a separação definitiva entre o produtor direto e os meios de produção (IANNI: 1976, p. 154).

Esse esquema linear e mecanicista de interpretação, na realidade, não explica porque o messianismo e o banditismo social, volta e meia, aparecem com toda a intensidade. Como sugere José de Souza Martins (1981) — “mais significativos, ainda, são os casos em que o próprio movimento pré-político ocorre depois, e com os mesmos personagens, do movimento político” (MARTINS: 1981, p. 29).

É claro que há uma correlação estreita entre o caráter das relações de produção e os movimentos sociais. Neste sentido, não se pode deixar de constatar que os movimentos sociais agrários assumiram, a partir da década de cinquenta um caráter propriamente político ou de classe. O movimento das ligas e sobretudo dos sindicatos passa a ocupar o espaço que antes era ocupado pelo messianismo e o banditismo social, mas não todo espaço.

Aliás, a própria noção do termo “pré-político”, empregado para caracterizar esses movimentos é, quando menos, bastante problemática.

Estudando algumas rebeldias primitivas que ocorreram na Europa, Hobsbawm destacou dois aspectos fundamentais: 1) essas rebeldias não podem ser remetidas a fenômenos semelhantes da Antiguidade e da Idade Média. Mesmo sendo movimentos arcaicos estão inseridos em nossa época. 2) Não são precursores de movimentos sociais modernos. Neste sentido, são classificados pelo autor como pré-políticos. Ora, a expressão pré-político é excessivamente geral e abstrata. Ela se define quando posta em contraposição a política. Se considerarmos que a noção de político “é apresentada com uma compreensão bem delimitada espacial e temporalmente — referindo-se a ideologias, técnicas de luta pelo poder e “normas de jogo” ligadas ao aparecimento das sociedades industriais modernas e, mais ainda, que as rebeldias primitivas estudadas pelo autor não são germes desses fenômenos “modernos”, desfaz-se até mesmo essa precária solidez da noção de pré-político que acaba por se mostrar teoricamente vazia — apenas uma categoria residual” (MONTEIRO: 1977, p. 86).

O segundo tipo de abordagem, sobretudo na variante do modelo do modo de produção capitalista gerando formas não-capitalistas, parece sugerir

uma perspectiva mais ampla para o entendimento dos movimentos sociais no campo.

Esquemáticamente, este enfoque propõe que o capitalismo dominante, no seu movimento de acumulação, reproduz relações não-capitalistas de produção. Assim, nesta ótica, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura — e também nos centros urbanos — não assume uma postura linear, ou seja, não leva à destruição imediata e radical de formas de produção não-capitalistas. Pode, ao contrário, até recriá-las no seu processo de acumulação. Neste sentido, como afirma José de Souza Martins: “Não se trata, portanto, de encarar expropriação e exploração como dois momentos históricos que se sucedem” Para o autor, o que diferencia o desenvolvimento histórico brasileiro de países europeus é que a expropriação e a exploração são processos coetâneos, “articulados pelo mesmo agente, que é o capital” (MARTINS: 1980, p. 17).

Talvez seja por esta via que devemos buscar entender a diversidade dos movimentos sociais no meio rural nordestino. Como explicar, então, a convivência e a imbricação de movimentos sociais de caráter marcadamente de classe como o sindicalismo rural e movimentos considerados pré-políticos como o messianismo, o banditismo social, para não falar dos saques?

Que bases sociais fundamentariam a presença desses movimentos sociais? Contrariamente a abordagem anterior que previa o desaparecimento de tais movimentos, dando lugar a organizações tipicamente operárias, o que está ocorrendo é a tendência desses movimentos a se multiplicarem.

3. OS SAQUES NO NORDESTE SEMI-ÁRIDO

3.1 Os saques como objeto de estudo

Sem dúvida, as “invasões” e saques ocorridos no Nordeste semi-árido nos períodos de estiagens, integram esse conjunto mais amplo de manifestações coletivas de inconformidade e insuportabilidade frente a situação de pauperização e miséria em que vivem as populações desta região (NETO: 1984, p. 7).

Sistematicamente, os estudiosos dos movimentos sociais no Nordeste não incluíram os saques no seu rol de preocupações. Os saques, como ação direta de expropriação levada a efeito pelos trabalhadores rurais ao longo desse século, não tem atraído o interesse dos estudiosos dos movimentos sociais agrários. Prova desse desinteresse é a ausência completa (salvo desconhecimento nosso), de trabalhos sobre o assunto. Há, entretanto, uma explicação plausível para este fato.

Como observa Hobsbawm, ao estudar a turba urbana, “quase todos os observadores, de qualquer cor política têm-se colocado longe da simpatia pela ‘turba’ clássica” (HOBSBAWM: 1978, p. 116). E, ao que parece, esta atitude tem se mantido quase inalterada até hoje. Deixando de lado as limitações etnocentristas de muitos intelectuais urbanos, que só enxergam nesses movimentos o exótico, “marginal”, “periférico”, porque frutos de um mundo em extinção, concentramo-nos na visão marxista sobre tais movimentos.

Aí reside também um mar de preconceitos e limitações. A tradição marxista tem mostrado, como sugere Rudolf de Jong, “o mesmo desdém que a burguesia liberal pelo lumpemproletariado, pela luta e organização camponesa independente, pelo trabalhador manual independente e pelas culturas primitivas. Na concepção de Marx as únicas forças progressistas são a burguesia e o proletariado” (DE JONG: 1979, p. 318). Neste sentido, para muitos autores marxistas, os movimentos periféricos tendem a se constituírem em movimentos pré-políticos. Quer dizer, só a partir de uma orientação que vem de fora (do centro) é que esses movimentos podem se constituir em movimentos propriamente políticos. Por exemplo Hobsbawm não consegue imaginar a viabilidade de um movimento camponês geral. “a menos que seja inspirado de fora” (HOBSBAWM: 1976, p. 22).

Sabemos que mesmo Marx e Engels tiveram sempre uma posição preconceituosa sobre o lumpemproletariado que, para eles, era “a escória (Scum) dos elementos depravados de todas as classes, com sua base nas grandes cidades, é o pior de todos os possíveis aliados. Essa ralé (Rabble) é absolutamente venal e absolutamente descarada (brazen). Se os trabalhadores franceses, em toda revolução, inscreveram em suas casas (Mort aux voleurs, morte aos ladrões, e mesmo dispararam contra eles, não o fizeram em reverência pela propriedade, mas porque consideravam corretamente ser necessário acima de tudo livrar-se desses bandos” (ENGELS: 1870, p. 7).

De um modo geral, esta visão tem permanecido quase inalterada entre amplas correntes de esquerda no Brasil. Salvo uns poucos trabalhos sobre quebra-quebra e saques urbanos no Centro-Sul, que procuraram analisar esses movimentos dentro de uma ótica mais rigorosa e científica, o que predomina largamente entre os analistas são concepções anacrônicas, deterministas e evolucionistas, segundo as quais os saques urbanos e rurais, fundados na ação direta das massas não passam de manifestações “irracionais”, marcadas pelo espontaneísmo cego e inconsequente, uma vez que se esgotam tão repentinamente como brotam já que prescindem de um mínimo de organização prévia, programa e direção política.

3.2 Secas e saques na Paraíba: 1877–1958

Historicamente, as soluções encontradas pelos trabalhadores rurais para fazer frente às calamidades das secas e para levar a efeito uma pressão reivindicatória diante do Estado assumiram, no caso do Nordeste semi-árido, duas formas mais conhecidas:

1. Ação direta levada a efeito pelas populações rurais no sentido de exigir uma pronta resposta do Estado para o problema do alimento e trabalho nos períodos de estiagens prolongadas. Essas ações têm a peculiaridade de uma ação direta espontânea, repentina e aparentemente desorganizada. Os exemplos mais conhecidos são as invasões e saques de cidades do sertão pelas populações rurais famintas. Tais eventos povoam todas as secas ocorridas no semi-árido nordestino.

2. A ação organizada levada a efeito por organismos elementares de representação de trabalhadores rurais, e de que os sindicatos de trabalhadores rurais e comunidades eclesiais de Base constituem os exemplos mais conhecidos. Essas organizações têm sua aparição nas duas últimas secas: 1970 e 1979-84. Nesta última estiagem, o papel desses organismos cresceu significativamente, haja visto os encontros regionais sobre a problemática da seca no Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, onde foram aprovadas medidas visando organizar os trabalhadores emergenciados. Neste estudo, não pretendemos fazer um levantamento da atuação destas organizações. O seu papel na organização e luta dos trabalhadores rurais só será discutido na medida em que tenha vinculação estreita com a questão dos saques.

A irrupção de saques e invasões de cidades no interior da Paraíba (semi-árido) parece ser ainda a estratégia mais comum adotada pelas populações rurais para fazer frente às crises agrárias agravadas com as secas.

A partir de 1877, marco inicial de nosso levantamento de dados, até a última grande seca de 1979-84, os jornais deste Estado registravam a ocorrência de invasões e saques em quase todas as cidades do semi-árido paraibano.

Para não tornar a exposição muito descritiva e factual, vamos arrolar alguns registros de invasões e saques apenas nas secas de maior envergadura: 1877-79, 1903-4, 1915, 1931-32, 1958, 1970. A seca de 1979-84 não será aqui abordada pois está sendo estudada por outro pesquisador de nossa equipe. Os dados referentes a cada seca aqui citadas não tem por finalidade fazer um levantamento exaustivo do ponto de vista quantitativo, mesmo porque não há condição de quantificar o número de saques ocorridos em cada seca, com excesso, talvez, a esta última, de 1979-84. A referência a saques nas secas apontadas terá, assim, por finalidade, ilustrar e discutir as estratégias adotadas pelos trabalhadores na luta por alimento e trabalho e o tipo de resposta dada pelo Estado.

Em todos os períodos de longa estiagem, quando ficava configurado um quadro de seca e o Estado não oferecia qualquer resposta imediata, os trabalhadores rurais invadiam dezenas de cidades, exigindo trabalho e alimento, ou seja, as condições para reprodução da sua força de trabalho.

Entretanto, é importante observar que os saques praticados pelas populações rurais nem sempre obedeceram a um padrão único de organização e realização. É necessário destacar pelo menos dois tipos de saques e adiantar que cada um se inscreve a determinada fase histórica. Na primeira fase, que se estende da seca de 1877 a, aproximadamente, 1930 os saques são organizados e desencadeados por pequenos grupos armados: os chamados cangaceiros. Na segunda, de 1930 aos nossos dias, os saques assumem caráter de massa e arregimentam, mulheres e crianças. Obviamente, há marcantes diferenças entre os dois tipos de saques, diferenças que procuraremos evidenciar no curso deste trabalho. Mas há também muitos pontos de identidade, a começar pelo seu

caráter de ação direta.

Antes de fazermos algumas referências dos dois tipos de saques no Estado da Paraíba, no período aqui compreendido, seria conveniente esclarecer alguns pontos sobre a flexibilidade da periodização proposta para os saques.

Com efeito, a periodização aqui adotada não pode ser levada a extremo rigor, por duas razões: primeiro, porque os saques da primeira fase (banditismo social) nem começam em 1877 e nem terminam exatamente em 1930. Em segundo, porque tanto o banditismo como os saques de massa conviveram lado a lado e em certos momentos se confundiram e se complementaram, quer na primeira fase (1877-1930), quer na segunda (1930-84).

Tendo presente estas considerações, achamos que é possível estabelecer tais "cortes", pois qualquer observador mais atento identificaria as duas fases com certa precisão. Na primeira fase, anterior a 1930, os saques são executados predominantemente por grupos armados que já haviam rompido anteriormente com a ordem legal e se encontravam obviamente num estado permanente de ilegalidade. Tal é o caso dos grupos de cangaceiros que infestavam o Nordeste no período em questão.

Na segunda fase, posterior a 30, se existem grupos armados atuando em períodos de secas, constituem fenômenos esporádico (mesmo com a presença do grupo de Lampião, o cangaço encontra-se, neste momento, em fase de extinção). O que verificamos, portanto, neste segundo momento, é que as populações rurais começam a tomar, elas próprias, iniciativas para sobreviverem nos períodos de crises agrárias agudas, seja invadindo cidades a procura de alimentos e trabalho, seja saqueando as feiras e armazéns, quando não atendidos. É esta, ao que parece, a tendência dominante na segunda fase.

Constatada tal mudança de estratégia de luta, seria o caso de nos perguntarmos: como explicar a emergência no cenário do semi-árido dessa nova forma de ação direta?

As causas da extinção do banditismo social no Nordeste já foram suficientemente estudados: A Revolução de 1930, o desenvolvimento do capitalismo no campo, a urbanização intensiva, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, etc.

O que não foi ainda explicado é a aparição das populações rurais como uma força coletiva com certo poder de pressão sobre o Estado. Alguns cronistas das secas, sobretudo a partir de 30, observaram empiricamente, mudanças no compartimento das populações "flageladas". São sugestivos, por exemplo, os comentários de José Américo de Almeida sobre o comportamento dos trabalhadores rurais paraibanos nas secas anteriores à de 32: "... Na Paraíba, são precisamente, essas calamidades (as secas) que põem à prova os sentimentos de probidade do sertanejo. São raros os que manifestam essa debilidade de caráter: a maioria prefere as privações honestas ou a mendicância incerta" (ALMEIDA: 1980). Por ironia da História, o mesmo autor, em outro contexto (32) quando Ministro do governo provisório e depois como governador

(42) observa com indignação a insofência das populações rurais, que já não se deixam morrer passivamente e ousam “roubar” e saquear a “propriedade alheia”. Sem dúvida nenhuma, alguma coisa de novo parece emergir no comportamento das populações rurais no período pós-30. Vejamos com mais detalhes.

3.2.1 As secas e o banditismo social na Paraíba: 1877–1930.

A seca de 1877–79, considerada uma das maiores estiagens de todos os tempos, foi vivenciada pelas populações rurais nordestinas de maneira dramática. Parte da população (cerca de 500 mil só no Ceará) foi dizimada pela fome e doenças epidêmicas. O quadro descrito por Phelipe e Theophilo Guerra é estereotípico: “. . . dessa população advéncia, rara era a pessoa que vestia uma camisa sã, ou vestido sem remendos; muitos, que antes eram possuidores de média abastança, estavam agora ali esmolando de porta em porta, por haverem atingido a máxima miséria; e vão caindo mortos em seus casebres improvisados, ou pelas ruas e calçadas, d’onde são levadas para o cemitério, para a vala comum, por homens pagos para o transporte, e que com o cadáver atado e uma vara, sobre o ombro de dois carregadores, seguem a cantarolar, no desempenho da lúgubre missão” (GUERRA: 1980, p. 38).

Estranhos destinos destas populações que se deixam exterminar sem esboçar uma reação de revolta!

Entretanto, uma outra parte da população procurou uma saída: a emigração. A emigração, protesto mudo das populações flageladas, representou no contexto da seca de 1877 um duplo aspecto. Se, de um lado, aliviou a pressão que uma população numerosa totalmente desprovida de recursos poderia vir a exercer sobre a estrutura fundiária da região no sentido de impor-lhes modificações, de outro, subtraiu à grande propriedade um excedente de mão-de-obra que pressionava o seu barateamento. Novamente os dados sobre a migração no Ceará são sintomáticos. Tudo leva a crer que, aproximadamente, meio milhão de pessoas saíram deste Estado, nessa seca.

Nem só a resignação e emigração, no entanto, foram as formas de comportamento das populações rurais em 1877–79. A seca de 1877–79, presenciou o aparecimento de um grande surto de bandos de assaltantes. Segundo José Américo, haviam se formado neste período vários grupos de saqueadores: “O Calangro, evadido da Cadeia do Crato e cabeça dos 60 assalariados de Inocêncio Vermelho; o de Sebastião Pelado, inimigo dos primeiros; o dos irmãos viriatos, formado de mais de 40 bandidos; o do Matheus e outros”.

O mesmo autor cita relatório do presidente da província da Paraíba, datado de 7 de abril de 1877, instruindo “as autoridades policiais do alto sertão para a captura dos criminosos que em grande número percorrem aquelas paragens, trazendo à população pacífica em grande sobressalto” (AMÉRICO: 1980, p. 184).

Os grupos acima citados, entram em cena como produto de dois fatores, um estrutural e outro conjuntural: a estrutura agrária fundada no binômio latifúndio-minifúndio e a seca. A estrutura agrária porque expulsa o trabalha-

dor de suas terras e a seca porque além de agravar ao limite as condições de sobrevivência desse mesmo trabalhador agrega os flagelados pelos caminhos, criando “laços estreitos de solidariedade”.

A seca de 1877-79 desorganizou a produção agrícola por um período relativamente prolongado, obrigando os trabalhadores rurais à migração massiva e à formação de grupos armados que infestavam o sertão, trazendo às vezes prejuízos adicionais à população. Aliás, a transformação do banditismo social de fenômeno endêmico em epidêmico, nos períodos de crises agrárias (má colheita, secas, enchentes, etc.) tem sido constatado por alguns historiadores de sociedades rurais (HOBSBAWM: 1978, p. 15). De fato “o banditismo existe de forma latente durante um longo período, tomando-se mais agudo por ocasião de uma má colheita, uma seca prolongada ou uma catástrofe natural qualquer que perturbe o ritmo de produção de uma economia pobre. Os principais surtos de banditismo ocorreram na segunda metade do século XIX — período de franca expansão do capitalismo sobre o mundo rural, em especial graças à introdução das ferrovias em largas parcelas de território antes só alcançadas por tração animal. No Brasil, por exemplo, apesar do surto do cangaço ter ocorrido em fins do século XIX e começo do XX, se conhece casos que remontam à primeira metade do século XVIII” (DÓRIA: 1982, p. 13-14).

A atuação dos grupos de assaltantes nem sempre favorecia os pobres e retirantes, pois agiam indiscriminadamente, ora saqueando proprietários, ora causando o terror na população. O certo é que a presença desses grupos e seus feitos provocaram desasossego entre as classes dominantes locais. O Jornal O Cearense, por exemplo, após pedir medidas repressivas enérgicas de combate a esses grupos afirmava: “Hoje é perigoso ser rico, pois o povo pobre (os bandidos) lhe hão declarado guerra de morte”.

Alguns grupos de cangaceiros como o de José Rodrigues, na vila de União, Jesuíno Brilhante e Antônio Silvino (este no início do século XX), se definiam mais claramente ao lado dos pobres e retirantes. Sem dúvida, estes bandos podem ser classificados de “ladrões nobres”.

Na seca de 1877-79, Jesuíno Brilhante assaltava os combois de víveres enviados pelo governo imperial (mas que seriam desviados pelos proprietários locais) e os distribuía entre a população pobre.

Paralelamente ou combinado à atuação desses grupos, verificavam-se, nesta seca, ameaças de invasões de cidades pelos trabalhadores rurais. Pelo menos é isto que nos deixa entender a mensagem do presidente da província da Paraíba, Esmerino Gomes Parente, apresentada à Assembléia Legislativa no dia 12 de junho de 1877: “No intuito de prevenir distúrbios, e talvez crimes, que a aglomeração de tanta gente ociosa poderia ocasionar e também na esperança de utilizar os seus serviços para compensação, posto que fraco, dos dispêndios públicos, recomendei a todas as comissões que empregassem os socorridos em trabalhos públicos, como construções de açudes, cadeias, estradas, etc”. (ALMEIDA, 1980, p. 185).

Ao que parece, estas aglomerações e prováveis ameaças de invasões não se caracterizavam em saques efetivos. Tanto quanto nos foi possível verificar, em documentos da época ou escritos sobre o período, não há registro de invasões e saques. Quando há reação das populações rurais face à seca é em bandas armadas.

A seca seguinte, a de 1887-89, apresenta um novo surto de grupos armados. São os bandos de Lopes, de João Barbosa, de Vicente Nóbrega e outros, cuja atuação — no dizer de José Américo — representavam ameaça “à vida e a propriedade dos fazendeiros” (ALMEIDA: 1980, p. 186).

Na seca de 1903-1904, destacavam-se as ações daquele que foi talvez o maior exemplo do bandito social no Nordeste: Antônio Silvino. Este cangaceiro já vinha atuando com grande desenvoltura desde a última década do século passado, sequeando várias cidades nas fronteiras entre Paraíba e Pernambuco. Nesta época já comandava um grupo de 21 homens, desenvolvendo um estilo próprio de cangaço.

Em 1904, esse famoso bandido invade e saqueia a vila do Pilar, na Paraíba, libertando os seis presos sentenciados e distribuindo dinheiro e víveres com a população pobre. Aliás essa era uma prática permanente de Antônio Silvino: dos saques às vilas e cidades retinha parte do dinheiro para si e distribuía o restante com a população pobre. Por essas e outras façanhas semelhantes, o bando de Antônio Silvino era conhecido em todo o sertão como defensores do povo pobre. Os versos do poeta popular Chagas Baptista registraram esse reconhecimento popular:

“Visitei todo o comércio,
Fiz muito bom apurado,
E vi que de muito povo
Eu me achava acompanhado
Alguns pediam esmolos:
Então não me fiz de rogado.

Uns quatrocentos mil réis
Com os pobres distribuí
Não serve isto p’ra minh’alma
Porque esta já perdi;
Mas serve p’ra os miseráveis
Que estavam nus e eu vesti”.

No início do século XX, portanto, a proliferação do banditismo epidêmico, como consequência das secas, permanece como a estratégia mais comum de reação à crise agrária. Não é por acaso que o bando de Antônio Silvino chegou ao expressivo número de 60 cangaceiros. Na verdade, o cangaço representava, para a população pobre, um dos poucos caminhos para escapar à morte. Por outro lado, o cangaço oferecia uma via “democrática” para a ascensão social, através de atributos individuais e adquiridos, tais como a valentia e a destreza no manejo de armas” (DÓRIA: 1982, p. 35). Mas era um caminho,

ao mesmo tempo, acessível apenas aos elementos mais dinâmicos, audaciosos e ambiciosos em meio à população rural pobre. Para a grande massa rural, só restava a migração, engrossar as romarias e os movimentos messiânicos ou invadir e saquear as cidades e vilas do sertão.

Embora alguns autores (SOUZA e MEDEIROS: 1903, p. 51-53) façam referências de saques nos estados vizinhos, nas secas de 1889 e 1904, não encontramos, para o caso da Paraíba, nenhuma ocorrência de saques nestas datas. O que ocorriam eram situações de ameaças de invasão, como registrava um telegrama do presidente da província José Peregrino, solicitando auxílio federal: “Desespero impelle povo faminto contra abastados já esgoltados. Angustiosa Contingência, aflitiva situação”.

Este quadro sofrerá alterações significativas no período pós-30.

3.2.2 Secas e saques na Paraíba: 1930-1958.

A seca de 32, de duração de dois anos, configurou um quadro econômico e social mais agravante do que as estiagens anteriores.

A desorganização da produção agrícola e o retardamento de qualquer medida imediata por parte do Estado, provocou um grande êxodo rural. Multidões de retirantes afluíam às cidades, aterrorizando as classes dominantes locais que solicitavam providências dos poderes públicos, ante a ameaça iminente de invasões e saques às suas propriedades.

Segundo um cronista da época “não era raro o desfile, pelas ruas de muitas cidades do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, de andrajosos que, formando um exército silencioso de caquéticos, com a moral abatida pelos estômagos vazios, iam dispostos à prática de todos os actos de desatino, sem terras, sem água, sem pão. . .” (BARBOSA: 1935, p.12).

O mesmo autor informava que “grandes levas de famintos, invadindo várias cidades sertanejas, assaltavam casas de comércio ou investiam, inopinadamente, contra os feirantes, estabelecendo uma atmosfera de pânico em todo o Nordeste (Idem, p. 13).

Testemunhas da época registravam o grande desespero dos trabalhadores rurais, cansados que estavam da caridade alheia, que já não mais bastava para barrar a onda lenta de famintos, em número cada vez maior, avançando “ululante e nervosa” à procura da sobrevivência .

Diante deste quadro ameaçador, as camadas médias urbanas clamavam por uma intervenção urgente do “Estado no sentido de evitar o mal maior dos conflitos que resultariam dos entre choques violentos dos que não queriam morrer de fome com os que não tinham nenhuma obrigação de amparar, em massa, a miséria clamante” (BARBOSA: 1935, p. 18).

É neste contexto que o Estado intervém com o objetivo estrito de impedir uma convulsão social de maior amplitude.

A sua atuação circunscreve-se, assim, nos limites da contenção e fixação das massas no meio rural. Dessa forma, foram criados os famosos “campos de concentração” para impedir o êxodo e a invasão das cidades.

Segundo um observador do período, os campos de concentração, “ocupados por vastas caixas monstruosas” chegaram a comportar num só dia . . . 105.000 flagelados, só no Estado do Ceará. Na Paraíba, o Estado criou frentes de serviços para 270.000 trabalhadores. As condições de saúde, nestes campos, era precaríssimas. Em 1932 o obituário, nas frentes, incluindo campos de concentração administrados pelo governo cearense, atingiu 22.616 mortos, sendo 14.738 menores (GUERRA: 1981, p. 35).

O tipo de atuação do Estado, nesta seca, praticamente não difere das outras atuações anteriores: disseminação de obras de açudagem e irrigação, beneficiando prioritariamente os proprietários rurais e reforçando a estrutura fundiária da região.

Mesmo com a intervenção do Estado, os jornais do período registravam invasões e saques em cidades do alto sertão paraibano. A União, de 12/4/32, estampa telegrama expedindo por um grupo de comerciantes de Cajazeiras, dando conta de que aquela cidade foram invadida por uma grande onda de famintos, que ameaçavam saquear casas comerciais e estabelecimentos públicos. No mesmo telegrama, informava-se que a população estava alarmada e solicitava medidas urgentes. No dia seguinte, várias entidades civis e eclesásticas daquela cidade expediam o seguinte documento: “Cajazeiras II – Aglomeração faminta cresce cada momento atraídas notícias serviços estação absolutamente insuficiente. Dois mil homens chefes numerosas famílias sem trabalho imploram socorro particular sendo impossível serem atendidas criando-se imminente perigo ataque cuja ideia já se propala pelo que commercio fechado famílias intranquilizadas. . .” (UNIÃO, XLI (84); 13/4/1932, p.5).

Na década de 50, o Nordeste sofreu as consequências de duas grandes secas: a de 1951 –1963 e a de 1958.

A primeira delas, de duração de 3 anos, presenciou a revolta dos trabalhadores que chegaram a invadir várias cidades, exigindo alimento de abertura de frentes de trabalho. Nesta seca teve início o transporte de nordestinos no caminhão “pau-de-arara”, para os campos de Goiás e Mato Grosso, onde eram vendidos aos fazendeiros.

O Norte, em edição de 31/2/1953, apresentava a seguinte manchete: “Cidades e vilas cearenses sob ameaça de invasão”. O mesmo jornal informava, uma semana antes, que a cidade de Cajazeiras fora invadida por mais de 600 trabalhadores rurais, pairando séria ameaça de saques às casas comerciais. Alertava ainda o governo para a abertura de frentes de serviços, para evitar consequências desastrosas.

Mas a grande seca desta década foi a de 1958. As frentes de emergência abertas em quase todos os Estados do Nordeste empregaram cerca de 500 mil trabalhadores. Para o caso da Paraíba, o jornal a União informava, em 22/3/58, que 39.000 flagelados já estavam alistados nas obras do governo, dirigidos pelo DNER e DNOCS.

A União, de 25/3/58, informava que o governador Pedro Gondim e outros representantes da Paraíba expuseram a gravidade da situação na zona da

seca, pedindo “urgentes e imediatas providências”. O presidente da República, por sua vez, assinou decreto autorizando a abertura de crédito no valor de 105 milhões de cruzeiros e telefonou ao Ministério da Fazenda dando ordens para que concedesse toda e qualquer abertura de crédito. Considerou “a situação do Nordeste merecedora de providências semelhantes às operações de guerra”.

Tais medidas, entretanto, não impediram que dezenas de cidades e vilas do sertão fossem invadidas e saqueadas.

A União (27/3/58), informava que prefeitos de Flores, Serra Talhada, Ingazeira, Triunfo e outras regiões telegrafaram ao governador de Pernambuco dando-lhe conhecimento de que as cidades estão sendo invadidas por “imensas legiões de retirantes famintos”. Em Serra Talhada, os flagelados foram contidos. Ocorrem invasões também em Imaniutaba no Ceará. No Rio Grande do Norte “os flagelados ameaçavam invadir armazéns e outras casas comerciais”.

No dia 28/3/58, 5.000 trabalhadores rurais saqueiam um trem de passageiros com destino a Fortaleza. Simultaneamente, outros 500 trabalhadores invadem a cidade de Icó.

No Rio Grande do Norte, a partir de março a cidade de Natal passou a ser invadida por grandes legiões de trabalhadores rurais. Na cidade de Presidente Juscelino (RN), 100 trabalhadores, revoltados por terem sido demitidos dos serviços federais, saquearam a feira local.

Na Paraíba, a situação não foi diversa. O atraso no pagamento das frentes de serviços motivou um saque à feira de Cajazeiras (Norte: 3/11/58). A polícia reprimiu violentamente o saque, atirando na população faminta e deixando quatro feridos, um em estado grave. O prefeito da cidade arrumou no comércio local recursos para aliviar a situação, aguardando recursos do governo federal. As autoridades e associações do município solicitaram providências do governo do Estado para evitar atraso no pagamento dos trabalhadores das frentes.

No dia seguinte, 4/11/58, há uma invasão e saque à cidade de Patos. Dois mil trabalhadores atacam a feira da cidade à procura de gêneros de primeira necessidade (Norte: 5/11/58).

Em 18/11/58, centenas de emergenciados foram dispensados das frentes de serviços em Pombal e Patos, o que motivou saques aos Barracões dos mesmos.

Nas últimas secas, a de 1970 e a de 1978-84, o volume de invasões e saques cresceu significativamente, o que demonstra a sua extrema atualidade e eficácia como forma de pressão dos trabalhadores rurais nos períodos de estiagem.

4. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS SAQUES

4.1 Como ocorrem os saques

Tudo nos leva a crer que, pelo seu número, pela maneira como se efetuam, os saques começam a adquirir feições de movimento de massa, pequenos ensaios de enfrentamento de um exército de esfomeados que tem o seu quartel general em cada periferia das pequenas cidades, vilas e propriedades do semi-árido. Alguns saques ocorridos sobretudo na última seca (79-84) conseguiram arrematar cerca de 3.000 participantes ou mais, como foi o caso de Cajazeiras e Catolé do Rocha.

Que fio invisível de comunicação perpassa os milhares de participantes, atando-os uns aos outros, formando uma massa compacta que surge inesperadamente, oriundos dos mais afastados rincões? A não ser a sua condição social semelhante, um destino igual e uma vontade sobre-humana de sobreviver, tudo o mais concorre para o isolamento de cada participante. O que une esses indivíduos numa ação que não fora planejada antes? Será que os saques possuem lideranças invisíveis aos olhos do pesquisador, liderança essa absolutamente necessária para a efetivação do mesmo?

Que os saques precisem de uma liderança para se efetuarem, é questionável. Entretanto, eles pressupõem uma situação de mal estar vivenciada por todos os seus participantes, situação essa causada por uma profunda crise econômica, que gera a fome e o desespero, criando um estado potencial para possíveis explosões de violência. Aliás, um dos elementos presentes em quase todos os saques tem sido a violência. É o momento em que as cadeias da opressão se rompem nem que seja por alguns minutos, e o trabalhador, cotidianamente massacrado pelo poder local, suportando todas as agruras de uma miséria terrível, irrompe de modo não previsto e fora dos trilhos.

Dado o seu caráter de movimento "selvagem", os saques não têm tempo para confabulações ou negociações de qualquer espécie. Por isso mesmo, não podem estabelecer qualquer relação com movimentos formalizados, que atuam no sistema de representatividade. Isto confere aos saques uma autonomia em relação a qualquer associação ou partido político. Discutimos isso mais adiante.

Um outro aspecto irreverente dos saques é que eles não parecem obedecer a qualquer padrão comum de realização. Os saqueadores agem com a coragem, a disposição e a energia que só um bando de pessoas soldadas pelo desespero podem ter. Ele não escolhe hora para atacar, pode vir em pleno horário de funcionamento comercial ou na calada da madrugada. Podem vir sob o ensaio de grito de guerra ou silenciosamente organizados. Podem vir em bandos, desalinhados e sem liderança visível ou com um comando formado. Às vezes, formam em pequenas alas, de 100 a 200 pessoas, com mulheres e crianças à frente, ou verdadeiras massas, como foi o caso de Cajazeiras, onde cerca de 2.000 a 3.000 pessoas arrombaram as portas de vários estabelecimentos do governo (DIDAGRO, MERENDA ESCOLAR) e levaram tudo quanto podiam.

Os saques, na verdade, não tem uma estrutura organizativa prévia e muito menos permanente, pois são frentes de arregimentações populares (principalmente trabalhadores rurais, mas não só estes) momentâneas que, uma vez realizado o intento, se dissolvem tão rapidamente como aparecem. E não poderia ser de outra maneira, já que suas ações são inassimiláveis pelo sistema, uma vez que violam regras essenciais do capitalismo, tais como a inviolabilidade da propriedade privada.

Entretanto, este caráter fugaz dos saques não invalida a sua eficácia como movimento de pressão e demonstração do querer coletivo das massas rurais. Para esses trabalhadores rurais (pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, moradores e assalariados), que vivem nas franjas da subsistência e que não dispõem de qualquer conduto próprio de reivindicação e pressão, através do qual pudessem agir coletivamente a respeito de suas condições de vida, qualquer fator que venha agudizar as suas condições de reprodução constitui o estopim para a ação direta, violenta. No caso dos saques ocorridos no Nordeste agrário, o móvel ou estopim tem sido a onda de desemprego e fome causada por uma estrutura agrária fundada no latifúndio-minifúndio, agravada ao extremo pelas secas. Os saques são, neste sentido, movimentos sociais de caráter conjuntural.

Embora os saques constituam revoltas momentâneas, eles não são ações diretas irracionais ou sem "juízo". Os seus alvos são em geral os grandes comerciantes e, nestes últimos anos, principalmente o Estado. Do total de saques ocorridos na Paraíba na última estiagem (79-84) 70% foram dirigidos ao Estado. No nosso entender isso se explica por dois motivos: 1) o Estado, nos últimos anos, sofreu grandes transformações, estendendo seus tentáculos, fixando a sua presença em setores vitais da economia nos mais longínquos lugares do sertão. 2) O Estado é o interlocutor dos trabalhadores rurais. As artimanhas do discurso da neutralidade veiculada pelo Estado, segundo o qual esse organismo defende o interesse geral, se voltam contra ele mesmo quando os trabalhadores afirmam a sua cidadania e exigem participação no que é público. Muitos trabalhadores rurais, quando perguntados se não constituía roubo saquear as instituições estatais, respondiam: "Aquilo que ali estava era pra gente mesmo".

Um outro aspecto importante dos saques é que eles proporcionam aos seus participantes uma clara expectativa de se obter resultados concretos com essas ações. Em todas as secas deste século, quando o número de saques se avolumava, o Estado procurava rapidamente criar frentes de serviços. E claro que essas frentes tinham outras finalidades, além de imobilizar o trabalhador desempregado: repassar fundos públicos para os grandes proprietários, reforçar a estrutura fundiária e de poder local, etc., proporcionar, enfim, acumulação de capital.

titui, ao longo dos últimos cem anos, um dos poucos caminhos abertos para se fazerem ouvir e, ao mesmo tempo, remediarem um pouco a sua fome. Não é descabido afirmar que, para a grande massa dos trabalhadores rurais sem ter-

ra que participa dos saques brota destas ações coletivas uma tênue consciência de suas potencialidades e força capaz de intervir no processo social. Em outras palavras, os saqueadores inicialmente parecem participar dessas ações diretas quase que instintivamente, motivados pela fome, cada qual por si. Mas, no decorrer das ações, as soluções individuais se transformam em necessidade de operar coletivamente, de se organizar e lutar unitariamente. Eis porque temos razões para afirmar que os saques não se esgotam em si mesmos, nem são ações esporádicas e sem nenhuma significação política. Eles, pelo seu caráter secular, fazem parte da memória coletiva e existirão enquanto perdurarem as condições histórico-estruturais que os determinam.

Em suma, os saques aqui tratados, parecem adotar uma dinâmica e forma de organização própria, em nada semelhante aos movimentos sociais formalizados. As características que predominaram, como vimos, foram o protesto “selvagem”, a ação direta, a espontaneidade, a ausência de uma estrutura organizativa prévia e, ainda, um desprezo por qualquer forma de representação política.

Como entender, então, essas ações diretas das massas que aparentemente parecem carecer de qualquer sentido ou propósito racional?

4.2 As Causas dos saques

Como explicar a vaga de saques que cresce à medida que nos aproximamos das secas mais recentes?

Uma hipótese que não podemos descartar e que tentamos explicitar ao longo deste texto, é a que se refere a estreita vinculação entre crise econômica e saques. Tal hipótese, aliás, hoje já clássica, associa as explosões espontâneas das massas populares a um agravamento das condições de subsistência de amplas camadas da população, que já vivem num nível de manutenção e reprodução de sua força de trabalho muito baixo. As crises tornam-se, portanto, conjunturas insuportáveis, uma vez que provocam graves deteriorações nas condições de vida das classes populares urbanas e rurais que vivem nas franjas da subsistência.

Hobsbawm, afirma que “o fato de grandes massas dos pobres urbanos viverem no limiar da subsistência, mesmo em épocas normais, e que para eles qualquer aumento de preços, ou desemprego, era catastrófico, seus motins constituíam, com frequência, apenas reações automáticas e inevitáveis a essas modificações (Hobsbawm: 1978; p. 119).

Que a crise econômica porque passam as sociedades agrárias está na raiz desses movimentos de saques, não há como negar. Isto se constata pela composição social dos integrantes dos saques: maioria é constituída de posseiros, arrendatários, moradores, diaristas, minifundistas, desempregados e subempregados nas periferias das cidades sertanejas.

Entretanto, cairíamos num determinismo absurdo se atribuíssemos a emergência dos saques a razões puramente econômicas, que engendrariam nas massas trabalhadoras famintas reações “irracionais” e “selvagens” que, nas

condições-limite de sobrevivência, dados pelas secas, reagem como podem, sem medir a repercussão de sua ação e nem mesmo o potencial que ela representa em face do Estado e seus mecanismos (MOISÉS: 1978).

Sem descartar as raízes econômicas dos saques, poderíamos juntar a esta uma outra hipótese que a complementar. Tratar-se-ia de enxergar nos saques uma lógica própria. Isto quer dizer que a busca da ação direta espontânea resultaria não apenas da ausência de canais institucionais de participação, como parece sugerir Moisés analisando os quebra-quebra de 1974, em São Paulo, mas, fundamentalmente, de uma consciência coletiva que começa a brotar da percepção de que canais, diante do autoritarismo do regime, são lentos e até ineficientes. Daí a ênfase dada pelas massas rurais ao método da ação direta como forma mais eficiente de pressão. Aí também residiria uma parte da explicação para o fato de que os saques manifestaram total alijamento as formas de representação e associações sindicais formalizadas. Neste sentido, é sintomático o que ocorreu nesta última seca no Ceará. Os sindicatos daquele estado fazem referência às invasões e saques como ações perigosas porque não controladas e contrapõem a racionalidade das manifestações organizadas pelas associações aos saques. (CARVALHO: p. 32, mimeo).

Neste sentido, os saques parecem assumir conotações de ações que conservam sua autonomia própria. Na verdade, os saques indicam a presença autônoma das massas no cenário político, contrariando certas interpretações que classificam essa forma de atuação como movimento "pré-político", "irracional" ou "puramente instintivo". A população que participou de saques quebrou, na prática, com uma série de valores da sociedade burguesa. Em primeiro lugar, com o mito da propriedade privada inviolável. Como escreveu Eder Sader, noutro contexto. Diante do exemplo de tanta negociata e tanto cinismo lá de cima, de Capemis e Delfins, do ganho escandaloso de uns poucos contrastando com a miséria de muitos, os dominados já não acreditam nos sagrados valores que lhes faziam respeitar a ordem. Agora o respeito à propriedade só valeu quando a polícia estava lá para garantir. Isso deveria assustar as elites (SADER: 1983, p. 8).

Os saques propiciam aos seus participantes uma sensação de força, quando unidos num só propósito. De fato, embora esse tipo de movimento social não possua estrutura prévia de organização, há nele, entretanto, unidade de condição de seus membros e um só propósito.

Nesta perspectiva, a espontaneidade dos saques deve ser vista de um ângulo novo. Na proporção em que essa espontaneidade torna possível alguma forma de ação, essas massas começam a experimentar sua própria potencialidade como força social e política.

Em resumo, o que estamos querendo afirmar é que esse tipo de ação popular, mesmo que não apresente uma estrutura organizativa estável ou formalizada, apresenta, em certo sentido, um caráter permanente, ou seja, enquanto existirem as condições objetivas que os determinam eles estarão a explodindo, mesmo que não possuam sede e estatutos próprios e muito menos um programa.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Gelja de Maria Costa. *O estado e a seca – (intervenção estatal no Nordeste do Brasil – 79/83)*. FIPLAN, JP, 1985.
- ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. 3.^a ed. (Revista), PB, A União, Cia. Ed. 1980.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. *As ligas camponesas*. RJ., ed. Paz e Terra, 1982.
- BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos – planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis, Ed. Vozes, e CNPq, 1984.
- COELHO, Jorge. *As secas do Nordeste e a INDÚSTRIA DAS SECAS*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1985.
- DOMINGOS NETO, Manuel. *Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina, Fundação CEPRO, 1983.
- DÓRIA, Carlos Alberto. *O cangaço* 3.^a ed., S. Paulo, ed. Brasiliense, 1982.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. 6.^a ed., RJ e CE, co-ed. Civ. Bras. e Edições Un. F. do Ceará.
- FAUSTO, Boris. *História geral da Civ. Brasileira, O Brasil Republicano (Volume III)*. RJ., SP., DIFEL/Difusão Editorial S.A., 1977.
- SOUZA, Itamar de Medeiros, João Filho. *Os degredados filhos da seca*. 2.^a ed., Petrópolis, Ed. Vozes, 1983.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 4.^a ed., RJ., Ed. Paz e Terra, 1977.
- HOBSBAWM, E. J. *Bandidos*. 2.^a ed., RJ., Ed. Forense/Universitária, 1976.
- HOBSBAWM, E. J. *Rebeldes primitivos – Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos sécs. XIX e XX*. 2.^a ed., rev. e ampl. nova trad., Rio, Zahar Editores, 1978.

- JANOTTI, Maria de Lourdes. *O coronelismo* 2^a ed., S.P. Ed. Brasiliense, 1981.
- MAIOR, Armando Souto. *Quebra-quilos - Lutas sociais no outono do Império*. S.P. Ed. Cia. Edit. Nacional/MEC, 1978.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação a violência*. S.P., Ed. Hucitec, 1980.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.
- MOISÉS, José Álvaro; ALIER, Verena Martinez; OLIVEIRA, Francisco de; SOUZA, Sérgio de. *Contradições Urbanas e movimentos sociais*. 2^a ed. R.J., Ed. Paz e Terra, 1978.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classe, 3^a ed. R.J. Ed. Paz e Terra, 1981.
- PATARRA, Ivo. *Fome no Nordeste Brasileiro*. RJ., Ed. Marco Zero, 1982.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O estado autoritário e movimentos populares*. RJ., Ed. Paz e Terra, 1979.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas*. R.J., Ed. Graal, 1981.
- SZMRECSANYI, Tomáz e OUEDA, Oriowaldo. *Vida Rural e Mudanças Sociais*, 2^a ed., SP., Cia Ed. Nacional, 1976.